



PLANO DE AÇÃO INTEGRADO

**Ações do Sistema Federal de Proteção e Defesa Civil
para os Bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro.**

MACEIÓ-AL



ÍNDICE

1	PLANO DE AÇÃO INTEGRADO	1
1.1	PREMISSAS DO PLANO	1
1.2	FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA – ANÁLISE DE VULNERABILIDADES.....	2
1.3	FUNDAMENTO LEGAL.....	5
1.4	ESTRATÉGIA.....	5
2	RESULTADOS PRELIMINARES	7
2.1	CAMARAS TÉCNICAS – ESFERAS MUNICIPAL E ESTADUAL	7
2.2	CÂMARAS TÉCNICAS – ESFERA FEDERAL.....	7
2.2.0	GOVERNANÇA	8
2.2.1	MONITORAMENTO (ESTRUTURAL, METEOROLÓGICO E GEOLÓGICO	9
2.2.2	OBRAS DE MITIGAÇÃO	18
2.2.3	HABITAÇÕES	21
2.2.4	SEGURANÇA PÚBLICA.....	32
2.2.5	COMUNICAÇÃO DO RISCO E DO DESASTRE	35
2.2.6	SERVIÇOS ESSENCIAIS.....	39
2.2.7	EDUCAÇÃO	45
2.2.8	SAÚDE	48
2.2.9	RECUPERAÇÃO DE NEGÓCIOS	52
3	PONTOS CRÍTICOS – ARTICULAÇÃO INTERMINISTERIAL.....	56
3.1	EIXO TEMÁTICO III – HABITAÇÕES	56
3.2	EIXO TEMÁTICO VII – EDUCAÇÃO	58
3.3	EIXO TEMÁTICO VIII – SAÚDE	58
3.4	EIXO IX – RECUPERAÇÃO DE NEGÓCIOS	59
4	CONSIDERAÇÃO FINAIS	60
5	ANEXO I – ACOMPANHAMENTO PAI - FEDERAL	61



ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Lista de Presença – Eixo Monitoramento.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 2 - Lista de Presença – Eixo Obras de Mitigação.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 3 - Lista de Presença – Eixo Habitação	Erro! Indicador não definido.
Figura 4 - Lista de Presença – Eixo Segurança Pública.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 5 - Lista de Presença – Eixo Comunicação de Risco e Desastre.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 6 - Lista de Presença – Eixo Serviços Essenciais	Erro! Indicador não definido.
Figura 7 - Lista de Presença – Eixo Educação.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 8 – Lista de Presença – Eixo Saúde	Erro! Indicador não definido.
Figura 9 - Lista de Presença – Eixo Recuperação de Negócios.....	Erro! Indicador não definido.

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Setores de Risco com descrição das vulnerabilidades por setor	3
Quadro 2 - Propostas de eixos das câmaras técnicas e agencias envolvidas.....	5



1 PLANO DE AÇÃO INTEGRADO

Quando na primeira proposta de Mapa de Risco, as equipes da Secretaria Adjunta Especial de Defesa Civil – COMDEC, Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil – CEDEC e Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – SEDEC compreenderam que as ações para o caso de Maceió necessitam ser muito bem estruturadas, por meio de uma estratégia de integração das ações municipal, estadual e federal.

Assim, o presente plano surgiu do entendimento entre as defesas civil municipal, estadual e nacional que a dimensão quantitativa e qualitativa do risco, bem como das diversas e esferas e agencias de governo envolvidas, demanda um Planejamento de Ações Integrada das diferentes esferas e agências, de modo a garantir que as ações sejam convergentes e que as responsabilidades sejam compartilhadas.

1.1 PREMISSAS DO PLANO

O presente Plano de Ações Integradas, possui um conjunto de premissas, que devem ser observadas e seguidas, pois, além de permitir que as atividades planejadas sejam executadas de forma resolutiva, respeita as peculiaridades institucionais de cada órgão e agência envolvidos no planejamento e execução.

São premissas deste plano:

- a) O planejamento que possui a visão e estratégia global de atendimento e que será aplicado em sua íntegra é o plano local (PAI – Maceió), pois foi idealizado e construído com as instituições e atores pertencentes a estrutura de governo municipal e estadual, que possuem a responsabilidade de atendimento direto as comunidades atingidas por evento adverso;
- b) O presente instrumento (PAI – FEDERAL) tem como função, planejar as ações que serão executadas pelo Governo Federal no desastre em andamento na cidade de Maceió. As ações previstas neste plano, possuem caráter complementar, pois em atendimento a legislação vigente visão, completam as atividades previstas e indicadas pelo planejamento local; e
- c) O presente plano trás as ações federais que serão realizadas para complementar as atividades da esfera local de gestão do evento, porém não visa este documento restringir as possibilidades de atividades e oferta de recursos ao ente federado atingido. Apesar das ações planejadas estarem descritas em documento específico, a autonomia institucional de cada órgãos de governo está mantida, podendo estes a qualquer momento, desencadear atividades junto ao município atingido, mesmo essas ações não terem sido inicialmente previstas no planejamento.



Importante: O planejamento local utiliza a mesma metodologia de construção do Plano de Ação Integrado, trazendo em sua redação as atividades em que se deseja ações da esfera Federal de Governo, sendo sobre essas linhas de atividades que o planejamento interagências federal é construído.

1.2 FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA – ANÁLISE DE VULNERABILIDADES

Para ser ter uma dimensão, a área de risco total envolve cerca de 40.000 habitantes de diferentes níveis sociais, além de infraestruturas críticas, tais como, adutora de água, edificações verticais de até 16 andares, linha de trem urbano, gasoduto, torre de telefonia, Subestação de Energia de Elétrica de alta tensão e respectiva linha, postos de gasolina, parte de um complexo escolar com mais de 11 escolas, dentre outras estruturas críticas, configurando-se num desastre de alta complexidade e de soluções compartilhadas entre diversos órgãos.

De posse do Mapa de Risco e aprofundamento da análise de vulnerabilidade por setor (Quadro 1), observou-se subsídios de fundamentação para a elaboração de um **Plano de Ação Integrada** entre agências e esferas de governo.

Ao total, a área de risco engloba quase 242 hectares, dos quais 78 serão realocados/evacuados.

Na área de habitação, por exemplo, conforme dados da Defesa Civil Municipal, os dados preliminares demonstram que toda a área de risco tem cerca de 6.048 lotes/habitações, dos quais 2.114 já serão evacuados (1.349 terão demolição imediata), enquanto 3.934 serão monitorados, segundo critérios de criticidade. Ressalta-se que estas informações estão em constante mudança, visto que novas áreas são mapeadas e vistorias em imóveis em risco são feitas a cada dia.

Cerca de 03 Unidades de Saúde Psiquiátrica (01 filantrópica, e com leitos de UTI de referência do SUS e as demais particulares) e 07 escolas estão em área de realocação.

Quadro 1 – Setores de Risco com descrição das vulnerabilidades por setor

Setor	Caraterização do setor	Criticidade	Linhas de Ações prioritárias	Levantamento preliminar de estruturas vulneráveis por Setor/Criticidade						
				1. Habitações (lotes cadastrados – IPTU) ¹	2. Instalações de Saúde	3. Instalações de Educação	4. Assistência Social	5. Instalações de Serviços Essenciais	6. Estruturas Críticas	7. Tamanho da Área (há)
Setor 0	Zona de faturamentos e processos erosivos (Bairro Pinheiro)	- Criticidade 0 – Área de faturamento intenso, processos erosivos e patologias estruturais em edificações já identificadas (mapa de feições).	Realocação , controle dos processos erosivos, monitoramento, alerta.	688	<ul style="list-style-type: none"> Hospital sanatório – filantrópico: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Psiquiatria, UTI, leitos de referência para hemodiálise ✓ 10.000 atendimentos/mês HapVida - particular 	<ul style="list-style-type: none"> 5 escolas estaduais do CEPA; 2265 alunos, sendo boa parte foram realocados de outras áreas de criticidade. 		<ul style="list-style-type: none"> Não existe rede de esgoto no setor Rede de gás em PAD 10km - Risco monitorado 40 KM de redes de abastecimento de água (controle dos níveis de pressão de água) Linhas de distribuição com várias tensões com potência de até 69 KW Na área de criticidade 1 há uma Subestação de energia (Pinheiro), a qual abastece 1/3 da cidade 	02 postos de gasolina	46,95
		- Criticidade 1 - Áreas de passíveis de expansão dos processos erosivos e de patologias estruturais em edificações e demais infraestruturas.	Monitoramento , podendo incorrer em realocação dos moradores da edificação ou de áreas inteiras.	2.884	<ul style="list-style-type: none"> 01 Und. Saúde da Família – Básica: ^ <ul style="list-style-type: none"> ✓ 3.600 atendimentos /mês 01 Und. Saúde Tradicional – Básica: <ul style="list-style-type: none"> ✓ 500 atendimentos/mês PAM Bebedouro – Básica e especialidades: <ul style="list-style-type: none"> ✓ 95.000 prontuários ✓ 8.000 atendimentos/mês 	<ul style="list-style-type: none"> 03 Escolas Municipais, todas desativadas <ul style="list-style-type: none"> ✓ Atendiam a 771 alunos, sendo 164 da creche ✓ 02 escolas conseguiram transferências de vagas ✓ A creche não conseguiu realocar os alunos 02 Escolas Estaduais - 1130 alunos matriculados 				Cemitério
Setor 1	Zona de Movimento de massa (Bairros Mutange, Jardim Alagoas, Cardoso e Gruta do Padre)	- Criticidade 0 – Mutange e Jardim Alagoas: <ul style="list-style-type: none"> Zona de deformação; Falhamento geológico; R3 e R4 CPRM 2012-2017; Curvas de nível 	Realocação , monitoramento, alerta e alarme.	1.349			01 CRAS – Bom Parto	<ul style="list-style-type: none"> Não existe rede de esgoto no setor Rede de gás em aço carbono aproximadamente 4 km (bloqueado) 		19,66
		- Criticidade 1 – Gruta do Padre, Cardoso: <ul style="list-style-type: none"> R3 e R4 CPRM 2012-2017. 	Monitoramento , alerta, alarme e realocação.	445						01 posto de gasolina
Setor 2	Zona de Alagamento	- Criticidade 0 - Áreas já alagadas	Realocação , monitoramento e alerta.	77	<ul style="list-style-type: none"> 02 Hospitais psiquiátricos – Particular: <ul style="list-style-type: none"> ✓ 298 internos 	<ul style="list-style-type: none"> 01 creche municipal com 221 alunos matriculados, a qual será evacuada 01 Escola Estadual interditada. <ul style="list-style-type: none"> ✓ 740 alunos matriculados foram deslocados para o CEPA, o qual também se encontra com problemas: setor 0 - 0 		<ul style="list-style-type: none"> Não existe rede de esgoto no setor Rede de gás em aço carbono aproximadamente 4 km (bloqueado) Na área de criticidade 1, tubulação de Gás 6 polegadas, composta por gás carbono ao longo da Rua General Hermes 		11,56
		- Criticidade 1 – Área passível de alagamento	Monitoramento , podendo incorrer em realocação dos moradores da edificação ou	605						

¹ A expectativa é que cerca de 6.090 lotes estejam localizados na área de risco

Setor	Caraterização do setor	Criticidade	Linhas de Ações prioritárias	Levantamento preliminar de estruturas vulneráveis por Setor/Criticidade						
				1. Habitações (lotes cadastrados – IPTU) ¹	2. Instalações de Saúde	3. Instalações de Educação	4. Assistência Social	5. Instalações de Serviços Essenciais	6. Estruturas Críticas	7. Tamanho da Área (há)
			de áreas inteiras.							
Setor 3	Colapso	-Criticidade 0 - Área passível de colapso das minas de extração de sal gema.	Monitoramento, alerta, alarme e realocação.	Sobreposto às demais áreas						sobreposto

1.3 FUNDAMENTO LEGAL

Conforme prevê a Lei 12.608/2010:

Art. 2º É dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios adotar as medidas necessárias à redução dos riscos de desastre.

§ 1º As medidas previstas no caput poderão ser adotadas com a colaboração de entidades públicas ou privadas e da sociedade em geral.

§ 2º A incerteza quanto ao risco de desastre não constituirá óbice para a adoção das medidas preventivas e mitigadoras da situação de risco.

Por sua vez:

Art. 4º São diretrizes da PNPDEC:

I - atuação articulada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para redução de desastres e apoio às comunidades atingidas;

Por fim,

Art. 6º Compete à União:

...

II - coordenar o SINPDEC, em articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

1.4 ESTRATÉGIA

A estratégia estabelecida - em comum acordo entre as defesas civil municipal, estadual e federal - foi o estabelecimento de 09 eixos de discussão, com a realização de “Câmaras Técnicas” por eixo, com participação das agencias afins, descritas no Quadro 2, e em 02 etapas, conforme o que segue:

- Reunião em câmaras técnicas em Maceió, integrando as esferas municipal e estadual, conduzidas pela equipe do Gabinete de Governança – GGOV e Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMDEC.
- A discussão na esfera federal, por meio da articulação da Casa Civil.

Como fruto das discussões tratadas no PAI Federal, sendo ponto comum em todos os eixos, verificou-se a necessidade de inclusão de um eixo 0, tratado como Governança. Este eixo tem por objetivo realizar um acompanhamento global das ações, seja através de reuniões mensais de acompanhamento com as agências envolvidas, ou na interlocução com as diferentes esferas de governo para solução de pontos críticos e limitações encontradas.

Quadro 2 - Propostas de eixos das câmaras técnicas e agencias envolvidas

Eixos	Agências Municipais e Estaduais envolvidas na solução	Agências federais envolvidas na solução
0.Governança	<ul style="list-style-type: none">• Agências locais trabalham na estruturação do eixo e nas agências que estarão envolvidas	<ul style="list-style-type: none">• Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – SEDEC• Casa Civil da Presidência da República
1.Monitoramento	<ul style="list-style-type: none">• Defesa Civil Municipal e Estadual	<ul style="list-style-type: none">• Centro Nacional de Gerenciamento

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA – ESFERA FEDERAL
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

Eixos	Agências Municipais e Estaduais envolvidas na solução	Agências federais envolvidas na solução
(estrutural, geológico e meteorológico)	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas – SEMARH • Instituto do Meio Ambiente de Alagoas – IMA 	<ul style="list-style-type: none"> • de Riscos e Desastres – CENAD • Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres – CEMADEN; • Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN • Serviço Geológico Brasileiro – CPRM
2. Obras de mitigação	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de infraestrutura estrutura estadual e municipal 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – SEDEC
3. Habitações	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria Municipal de Habitação • Defesa Civil municipal e estadual • Caixa Econômica Federal • Assistência social do estado e município • Secretaria Estadual de Segurança Pública • Órgãos de meio ambiente municipal e Estadual 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria Nacional de Habitação – SNH/MDR • Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – SEDEC • Caixa Econômica Federal • Ministério da Cidadania • Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP • Ministério Público Federal – MPF • Advocacia Geral da União – AGU
4. Segurança Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Segurança Pública • Assistência Social e município e estado • Ministério Público Estadual e Federal • Defesa Civil do estado e do município 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP
5. Comunicação do Risco e do Desastre	<ul style="list-style-type: none"> • Defesa Civil Municipal • SECOM municipal e estadual 	<ul style="list-style-type: none"> • ASCOM do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR • Secretaria Especial de Comunicação Social – SECOM • Demais ASCOM dos órgãos envolvidos
6. Serviços Essenciais	<ul style="list-style-type: none"> • Agências de gás, energia elétrica, transporte urbano, água e limpeza urbana 	<ul style="list-style-type: none"> • Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU/MDR • Agência Nacional de Energia Elétrica – ANELL • Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL
7. Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Educação • Assistência social • Associação de pais e mestres 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Educação – MEC
8. Recuperação negócios	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério Público do Trabalho – MPT • Sebrae/SENAC • Secretaria Municipal de Economia – SEMEC • FECOMERCIO • Secretaria de Desenvolvimento do Estado • Caixa Econômica Federal 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério Público do Trabalho – MPT • Caixa Econômica Federal
9. Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria municipal e estadual de saúde • Assistência social - estado e município • Corpo de Bombeiro Militar • Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU • Órgãos de Meio Ambiente estadual e municipal 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Saúde – MS

2 RESULTADOS PRELIMINARES

2.1 CAMARAS TÉCNICAS – ESFERAS MUNICIPAL E ESTADUAL

Foram realizadas 09 câmaras técnicas diárias entre os dias 05 e 14 de junho, entre 09:00h as 17:00h, reunindo as agências municipais e estaduais que poderiam apresentar estratégias de ação para o processo de resolução do desastre em andamento nos bairros atingidos, gerando uma matriz de atividades contendo objetivos, linhas de ação, instituições responsáveis e metas.

Todo o trabalho foi orientado para atendimento as intervenções necessárias nas quatro zonas de risco mapeadas nos bairros, e para proteção de moradores e estruturais vulneráveis identificadas.

2.2 CÂMARAS TÉCNICAS – ESFERA FEDERAL

Visando definir a atuação integrada das agências do Governo Federal, em complemento às ações a cargo de estado e município listadas em seu respectivo PAI, foi realizado entre os dias 25 julho a 06 de agosto as câmaras temáticas da esfera federal.

Contabilizou-se um total de 102 representantes e 30 instituições partícipes que contribuíram na estratégia de atendimento e gestão do desastre em Maceió.

Os resultados obtidos, divididos nos nove eixos temáticos e em objetivos específicos, são listados nas matrizes abaixo. Algumas das ações elencadas nos eixos de Habitação, Educação, Saúde e Recuperação de Negócios necessitam de estratégias conjuntas para definição de sua execução e são tratados de maneira específica no Capítulo 3 – Pontos Críticos.

Após a finalização e pactuação do PAI – Federal, foram definidas agendas com as instituições partícipes de cada eixo para tratar de acompanhamento da aplicação do Plano, conforme cronograma abaixo:

- i. **Primeira rodada de atualização:** entre os dias 26 de agosto e 4 de setembro;
- ii. **Segunda rodada:** entre os dias 31 de outubro e 07 de novembro; e
- iii. **Terceira rodada:** previsão para a primeira quinzena de dezembro.

O avanço das ações e devidas atualizações em cada eixo é apresentado no Anexo I – Acompanhamento PAI – Federal.

2.2.0 GOVERNANÇA

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFAC E COM GOVERN O FEDERAL?	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
0. Estratégia de Governança das Agências Federais	1. Elaborar Plano de Ação Integrada dos Órgãos Federais em complementação ao Plano Estadual e Municipal	1.1 Identificar as agências federais envolvidas e respectivos pontos focais para as atividades em complementação ao documento municipal/estadual	• Sim	• Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC
		1.2 Realizar Câmaras Temáticas com os Órgãos Federais reunidos por eixos temáticos para levantamento das possíveis ações complementares	• Sim	• SEDEC • Pontos focais
		1.3 Consolidar o Plano de Ação Integrada Federal em complementação ao Plano municipal/estadual.	• Sim	• SEDEC
		1.4 Após consolidação, o Plano deverá ser validado pelos órgãos participantes	• Sim	• SEDEC • Pontos focais
	2. Acompanhar/monitorar a implementação do PAI Federal	1.5 O acompanhamento/monitoramento será realizado através de reuniões periódicas envolvendo as Câmaras Temáticas	• Sim	• SEDEC • Pontos focais
		1.6 O PAI será atualizado sempre que constatadas divergências ou alteração na evolução do risco do evento	• Sim	• SEDEC • Pontos focais
	3. Manter a interlocução com a implementação do PAI municipal/estadual	1.7 A interlocução entre os Planos local e federal será realizada através de reuniões periódicas à distância, com o uso de mídias necessárias, e presenciais quando necessárias	• Sim	• SEDEC • Defesa Civil Municipal/Estadual
		1.8 Garantir a interlocução dos órgãos federais com os seus pares locais	• Sim	• Órgãos federais e pares locais

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFAC E COM GOVERNO FEDERAL?	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
		(estadual e/ou municipal) dentro de suas áreas de competência		

2.2.1 MONITORAMENTO (ESTRUTURAL, METEOROLÓGICO E GEOLÓGICO)

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
1. Monitoramento (estrutural, geológico e meteorológico)	4. Monitorar as patologias das edificações: laudos de estabilidade, liberando ou condenando a estrutura	1.9 Visitar individualmente cada imóvel para verificação de patologias - priorização das visitas com base no mapa de risco	• Não	•	•
		1.10 Finalização do levantamento de 100% das edificações em até 180 dias a partir do início da ação	• Não	•	•
		1.11 Classificar a patologia do imóvel, utilizando <i>ranking</i> de quatro níveis	• Não	•	•
		1.12 Realizar entrevistas, registros fotográficos e medições	• Não	•	•
		1.13 Formular o Registro de Ocorrência, o qual poderá disparar sinal para evacuação	• Não	•	•
		1.14 Alimentar os bancos de dados em Sistema de Informações Gráficas – SIG	• Sim	• A CPRM irá contribuir na modelagem do banco de dados	• CPRM

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
		1.15 Desenvolver plataforma para disponibilizar a consolidação dos dados	• Não	•	•
		1.16 Manutenção de metodologia de acompanhamento	• Não	•	•
		1.17 A ação será alcançada por 5 equipes divididas por zoneamento sendo compostas por 01 engenheiro e 01 técnico de edificações	• Não	•	•
		1.18 Para o andamento da ação, serão necessários equipamentos como, bússola, GPS, paquímetro, trena, placas de gesso, placas de vidro e <i>software</i> específico	• Não	•	•
		1.19 A equipe responsável por esse objetivo irá desenvolver protocolo específico para a ação	• Não	•	•
	5. Monitorar as características hidrometeorológicas para emissão de alertas de evacuação	1.20 Atualizar protocolo já existente entre as instituições parceiras, com inclusão da sala de monitoramento da Defesa Civil Municipal - regionalizados para a cobertura exclusiva dos bairros afetados	• Sim	• O Protocolo existente será atualizado para contemplar os diferentes setores de risco	• CPRM • CENAD • CEMADEN • COMPDEC
		1.21 Realizar os estudos necessários para melhoria dos	• Sim	• CEMADEN – disponibilização de dados pluviométricos	• CEMADEN • CENAD • CPRM

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
		limiars de alerta para os bairros vulneráveis, identificando os limiars para acionamento do Plano de Contingência		<ul style="list-style-type: none"> e realização de estudos • CPRM – apoio para realização dos estudos • CENAD – apoio para realização dos estudos 	
		1.22 Funcionamento de sala de alerta 24 horas por dia	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • CEMADEN – monitoramento 24 horas e envio de alertas para o CENAD. • CENAD – fluxo de disseminação de alertas e recomendações 	<ul style="list-style-type: none"> • CEMADEN • CENAD
		1.23 Realocar temporariamente estação meteorológica hoje existente no Museu de História Natural para área a ser identificada dentro da área atingida (custos da operação – SEMARH).	<ul style="list-style-type: none"> • Não 	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> •
		1.24 Todos os encontros realizados por essa equipe serão do tipo videoconferência e <i>Whatsapp</i> com a formalização de documentos específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Incluir todas as esferas no modelo de reunião 	<ul style="list-style-type: none"> • CPRM • CEMADEN • CENAD
		1.25 Será mantido o uso dos seguintes equipamentos: pluviômetros (inclusive um instalado no condomínio Frei Ribeiro)	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • As plataformas já estão sendo utilizadas 	<ul style="list-style-type: none"> • CEMADEN

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
		pertencentes a CEMADEN e SEMARH, radar meteorológico com manutenção já definida			
	6. Monitorar os eventos geológicos para emissão de alertas de evacuação	1.26 Avaliar os limiares das áreas de encosta, cruzando os dados de pluviometria, ocorrências de movimento de massas e o estudo prévio organizado pela CPRM	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • CPRM – Já estão realizando estudos. Foi realizada a setorização de Maceió • UFRN – articulação com CPRM para a realização de estudos complementares 	<ul style="list-style-type: none"> • CPRM • CENAD • CEMADEN • UFRN
		1.27 Receber e tratar os dados referentes ao nível da margem da lagoa repassados pela SEMARH para tomada de decisão sobre impacto da área geológica	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • CENAD - Incluir a temática de risco de alagamentos no Protocolo de monitoramento e alerta do Bairro. 	<ul style="list-style-type: none"> • CPRM • CENAD • CEMADEN
		1.28 Ampliar a rede de 8 com mais 12 DGPS, com a escolha de novas áreas de cobertura (sugeridas pela CPRM), por meio da adição no termo de cooperação já existente. Total de 20 DGPS – com potencial de recepção de sismógrafos	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • CPRM e UFRN – Indicarão os locais, considerando inclusive o potencial de uso de sismógrafo para otimizar o envio remoto de dados 	<ul style="list-style-type: none"> • CPRM • UFRN
		1.29 Avaliar a implementação de marcos geodésicos e sua	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> • UFRN • CPRM

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
		reocupação sistemática			
		<p>1.30 Será mantido um grupo de estudos da CPRM para o refinamento do relatório hoje existente</p> <p>✓ O refinamento do relatório se dará com o cruzamento de dados, instalação de poços para monitoramento hidrogeológicos (perfuração de 6 poços), análise de dados sísmicos cedidos pela BRASKEM para serem incorporados ao modelo 3D da CPRM, modelagem numérica da deformação.</p> <p>✓ Necessidade da presença de geólogos da CPRM na perfuração dos novos poços da BRASKEM para poder descrever a estratigrafia e coletar amostras e, se possível, que a BRASKEM execute furos não destrutivos para aproveitamento dos testemunhos para análise</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • UFRN - está sendo discutido um Termo de Referência com a CPRM 	<ul style="list-style-type: none"> • CPRM • UFRN
		1.31 Capacitar os técnicos da defesa civil para	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de treinamentos, conforme demanda do 	<ul style="list-style-type: none"> • CPRM • UFRN • CEMADEN

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
		continuação do trabalho de monitoramento		município	<ul style="list-style-type: none"> • CENAD
		1.32 Avaliar a posição dos sismógrafos instalados e definir a forma de transmissão dos dados para sala de monitoramento da Defesa Civil Municipal (Internet 4G, Wi-Fi ou UHF)	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Prestar apoio necessário para o funcionamento da rede de monitoramento sismológica 	<ul style="list-style-type: none"> • CENAD • CPRM • UFRN
		1.33 Garantir que a sismologia dê subsídios a tomada de decisão quanto aos alertas, tanto na estabilidade das cavernas, quanto na estrutura dos prédios – acelerômetro em edifícios	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Instalar equipamentos para monitorar as cavernas – sensores de alta resolução em poços rasos • Acelerômetros nas fundações dos prédios que estão sendo monitorados 	<ul style="list-style-type: none"> • CPRM • UFRN
		1.34 Incluir a manutenção do funcionamento do sistema e redes com redundância de transmissão no termo de cooperação técnica	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • UFRN - manutenção e melhorias nos equipamentos e nas condições locais 	<ul style="list-style-type: none"> • UFRN • CENAD
		1.35 Todos os dados gerados pelas redes de equipamentos geológicos serão transmitidos em tempo real para sala de monitoramento da Defesa Civil Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • UFRN – tem interesse em dados geológicos e sismológicos para processamento e pesquisa 	<ul style="list-style-type: none"> • UFRN • CPRM
	7. Monitorar os impactos ambientais	1.36 Manter processo de fiscalização sobre postos de	<ul style="list-style-type: none"> • Não 	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> •

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
	decorrentes de possível rupturas subterrâneas (ex.: contaminação de solo e aquíferos - postos de gasolina)	gasolina que se encontram dentro da área de risco: o IMA irá enviar equipe <i>in loco</i>			
1.37		A fiscalização se dará solicitando laudo do teste de estanqueidade	• Não	•	•
1.38		Identificando vazamentos em taque de combustível e outras fontes de poluição, os procedimentos ambientais e de emergências serão mantidos conforme Protocolo de Emergências com Produtos Perigosos e o IMA irá informar a sala de monitoramento da Defesa Civil Municipal	• Não	•	•
1.39		Em caso de ocorrência de ruptura de tanque, a sala de monitoramento irá direcionar inspeção ambiental para o local	• Não	•	•
1.40		O IMA será oficializado para proceder conforme a proposição	• Não	•	•
8.	Desenvolver, divulgar e operacionalizar Sistema de Alerta. (Consultar Eixo de	1.41 O sistema de informação de comunicação vai abranger o serviço de SMS, <i>Whatsapp</i> (grupos coordenados),	• Não	•	•

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
	Comunicação de Risco e Desastre)	telefone, site, carro de som, etc.			
	9. Estruturar o Centro Municipal de Monitoramento e Alerta	1.42 Reestruturar o Centro de Monitoramento da Defesa Civil Municipal, garantindo o funcionamento no regime de 24h, 7 dias/semana, 365 dias/ano	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • CPRM, CEMADEN, UFRN irão contribuir na implementação do sistema integrado, capacitação e banco de dados • CPRM - apoio operacional sob demanda para análise <i>in loco</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • CPRM • CEMADEN • UFRN • CENAD
		1.43 Ampliar a rede de telecomunicações da sala de monitoramento da Defesa Civil Municipal, a exemplo de <i>link</i> de comunicação entre a sala e equipamentos externos de monitoramento	<ul style="list-style-type: none"> • Não 	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> •
		1.44 Ampliar e melhorar a rede elétrica da sede da Defesa Civil Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Não 	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> •
		1.45 Instalar gerador elétrico para sala de monitoramento	<ul style="list-style-type: none"> • Não 	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> •
		1.46 Integrar bancos de dados entre todos os agentes envolvidos e garantir uma estrutura de banco de dados que possa responder as demandas das ações de defesa civil e de pesquisa de forma segura,	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um Grupo de Trabalho com vistas a definir os parâmetros da governança • UFRN – apoio na organização do banco de dados • CPRM – cooperação 	<ul style="list-style-type: none"> • UFRN • CPRM • COMPDEC • CEMADEN

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
 BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
 ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
		rápida e eficaz		<ul style="list-style-type: none"> • COMPDEC – cooperação • CEMADEN – rede de pluviômetro 	
		1.47 Termo de cooperação técnica com a SEMARH para disponibilização de um técnico meteorologista para exercer suas atividades na Defesa Civil Municipal	• Não	•	•

2.2.2 OBRAS DE MITIGAÇÃO

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
2. Obras de mitigação	1. Dar continuidade nas ações previstas no Termo de Cooperação Técnica/01 com a Braskem	1.48 Tratar e impermeabilizar as feições existentes e recompor o pavimento em aproximadamente 80 trechos de vias públicas, com base no primeiro mapa de feições ✓ A intervenção é composta por implantação de sarjetas impermeabilizadas, com comprimento linear de aproximadamente 4.2 km, feito nos dois lados da via	• Não	•	•
		1.41 Avaliação da rede de macrodrenagem e propostas de intervenção, realizada através de vídeo inspeção e atendendo cerca de 1000 metros lineares	• Não	•	•
		1.42 Preenchimento e tratamento das trincas identificadas	• Não	•	•
	2. Incluir em Termo de Cooperação obras de mitigação que atendam as novas áreas afetadas	1.43 Manter o acompanhamento e a atualização de todas áreas do mapa de setorização de danos e ações prioritárias, para a detecção da necessidade de obras de mitigação, com especial atenção para as áreas de encosta	• Não	•	•
		1.44 Solicitar apoio ao Governo Federal na definição de áreas indicativas para intervenção e nas respectivas obras de mitigação passíveis de proposição	• Sim	• Conforme demandado o pelos agentes locais	• DOP/SEDEC • CPRM
		1.45 Atualizar, na medida do necessário, o Termo de Cooperação Técnica com a Braskem, possibilitando a ampliação das obras de mitigação, orientada a	• Não	•	•

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
		partir de dados indicados pelo serviço de monitoramento da Defesa Civil Municipal			
	3. Elaborar estratégia de monitoramento para o acompanhamento da integridade das obras de mitigação.	1.46 O acompanhamento das obras de mitigação pela Defesa Civil Municipal terá como escopo o acompanhamento da integridade das obras e sua finalidade	• Não	•	•
		1.47 A fiscalização adotará rotina de acompanhamento a ser elaborada pela Defesa Civil e técnicos da SEMINFRA <ul style="list-style-type: none"> ✓ Quando identificado dano, o relato será enviado para a sala de monitoramento da Defesa Civil Municipal, que irá repassar a informação por meio protocolar aos técnicos da SEMINFRA, para que procedimentos emergenciais de recuperação sejam adotados ✓ Se necessário for, para realizar a investigação dos problemas, os técnicos da SEMINFRA deverão solicitar laudos e testes complementares ✓ Todos os laudos, testes e obras corretivas deverão ser inseridas em Plano de Ação vigente (aditadas se necessário for), ao Termo de Cooperação vigente com a Braskem 	• Não	•	•

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
		1.48 A equipe responsável por esse objetivo irá desenvolver protocolo específico para essa ação entre os órgãos parceiros da fiscalização	<ul style="list-style-type: none">• Não	<ul style="list-style-type: none">•	<ul style="list-style-type: none">•

2.2.3 HABITAÇÕES

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
3. Habitação	1. Realizar e atualizar levantamento populacional das regiões afetadas.	1.49 Formar equipe para coordenação e monitoramento dos trabalhos	• Não	•	•
		1.50 Ampliar plano de trabalho do Termo de Cooperação Técnica com a Braskem vigente, permitindo a contratação de empresa para realizar o levantamento populacional e mapeamento das fissuras em residências dos bairros atingidos	• Não	•	•
		1.51 Conforme discutido no eixo “Educação”, deverá ser incluído no levantamento, o estudo da população escolar das áreas afetadas	• Não	•	•
		1.52 Conforme discutido no eixo “Saúde”, deve-se prever o rastreamento dos pacientes que foram realocados através do registro do número do cartão SUS no formulário, e o quantitativo de animais na área, bem como levantamento georreferenciado	• Não	•	•

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
		das pessoas com dificuldade de locomoção. Os resultados deverão ser encaminhados para a equipe da saúde			
		1.53 Determinar metodologia a ser utilizada e modelos de instrumento de coleta específicos a serem aplicados, sistemática e cronograma, considerando informações de cadastro de serviços e benefícios socioassistenciais	<ul style="list-style-type: none"> Não 	<ul style="list-style-type: none"> 	<ul style="list-style-type: none">
	2. Elaborar estratégias para solicitação e fornecimento de moradia provisória - Aluguel emergencial e social.	1.54 Manter procedimentos - fluxos, critérios de acesso e celeridade no pagamento - para encaminhar famílias da área do Setor 0 - criticidade 0, para o aluguel emergencial	<ul style="list-style-type: none"> Sim 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Cidadania – Apoio Técnico ao Município CENAD/SEDEC – Aluguel social emergencial 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Cidadania CENAD/SEDEC
		1.55 Iniciar procedimentos - fluxos, critérios de acesso e celeridade no pagamento - para encaminhar famílias da área do Setor 1 - criticidade 0	<ul style="list-style-type: none"> Sim 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Cidadania - Apoio Técnico ao Município CENAD/SEDEC – Aluguel social emergencial Secretaria Nacional de Habitações – SNH – disponibilização do acesso ao Programa Minha Casa, Minha Vida Caixa Econômica Federal – aceleração da assinatura de contrato após indicação das famílias a serem 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Cidadania CENAD/SEDEC SNH Caixa Econômica Federal MPF Defensoria Pública da União – DPU

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
				<p>atendidas, mediante solicitação formal do MDR ou do Ministério Público</p> <ul style="list-style-type: none"> Ministério Público Federal – MPF – recomendação de atendimento por Aluguel social ou pelo Programa Minha Casa, Minha Vida Defensoria Pública da União - apoio complementar, se necessário, e acompanhamento das ações dos demais órgãos 	
		1.56 Iniciar procedimentos - fluxos, critérios de acesso e celeridade no pagamento - para encaminhar famílias da área do Setor 2 - criticidade 0	<ul style="list-style-type: none"> Sim 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Cidadania - Apoio Técnico ao Município CENAD/SEDEC – Aluguel social emergencial Secretaria Nacional de Habitações – SNH – disponibilização do acesso ao Programa Minha Casa, Minha Vida Caixa Econômica Federal – aceleração da assinatura de contrato após indicação das famílias a serem atendidas, mediante solicitação formal do MDR ou do Ministério Público Ministério Público Federal – MPF – recomendação de atendimento por Aluguel social ou pelo Programa Minha Casa, Minha Vida Defensoria Pública da União - apoio complementar, se necessário, e acompanhamento das ações dos demais órgãos 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Cidadania CENAD/SEDEC SNH Caixa Econômica Federal MPF Defensoria Pública da União – DPU
		1.57 Manter procedimentos para encaminhar famílias da área do Setor 0 - criticidade 1, para	<ul style="list-style-type: none"> Sim 	<ul style="list-style-type: none"> SEDEC/ Ministério da Cidadania – Apoio Técnico para definição da estratégia de atendimento junto a população do município 	<ul style="list-style-type: none"> SEDEC Ministério da Cidadania

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
		o aluguel emergencial caso o monitoramento indique			
		1.58 Iniciar procedimentos para encaminhar famílias da área do Setor 1 - criticidade 1, caso o monitoramento indique	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • SEDEC/ Ministério da Cidadania – Apoio Técnico para definição da estratégia de atendimento junto a população do município 	<ul style="list-style-type: none"> • SEDEC • Ministério da Cidadania
		1.59 Iniciar procedimentos para encaminhar famílias da área do Setor 2 - criticidade 1, caso o monitoramento indique	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • SEDEC/ Ministério da Cidadania – Apoio Técnico para definição da estratégia de atendimento junto a população do município 	<ul style="list-style-type: none"> • SEDEC • Ministério da Cidadania
		1.60 Iniciar procedimentos para encaminhar famílias da área do Setor 3, para o aluguel emergencial, caso o monitoramento indique	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • SEDEC/ Ministério da Cidadania – Apoio Técnico para definição da estratégia de atendimento junto a população do município 	<ul style="list-style-type: none"> • SEDEC • Ministério da Cidadania
	3. Elaborar estratégia para as ações necessárias de realocação das famílias afetadas do Setor 0 - criticidade 0	1.61 Aumentar a quantidade de veículos de apoio para mudança das famílias realocadas	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • SEDEC – Interlocução com o Governo do Estado para atendimento da demanda 	<ul style="list-style-type: none"> • SEDEC
		1.62 Identificar as famílias que estão recebendo aluguel emergencial, mas que permanecem na área afetada	<ul style="list-style-type: none"> • Não 	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> •
		1.63 Identificar as famílias que insistem em permanecer na área afetada e se recusam a receber o benefício de	<ul style="list-style-type: none"> • Não 	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> •

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
		aluguel emergencial			
		1.64 Informar o resultado da identificação das famílias elencadas nos itens 1.64 e 1.65 ao Ministério Público para providências	• Sim	• Defensoria Pública da União e Ministério Público Federal – acompanhamento das iniciativas	• DPU • MPF
		1.65 A partir das informações mencionadas nos itens 1.64 e 1.65 adotar providências quanto a remoção em conjunto com a instância jurídica municipal	• Sim	• Defensoria Pública da União e Ministério Público Federal – acompanhamento das iniciativas	• DPU • MPF
		1.66 Manter o aluguel emergencial/social até a entrega das unidades habitacionais	• Sim	• CENAD/SEDEC - atuação no aluguel social emergencial, respeitando os prazos de emergencialidade • Articulação com a Casa Civil para a definição de estratégias de atendimento	• CENAD/ SEDEC
		1.67 Articular com bancada estadual a utilização de recursos de Emenda Parlamentar	• Não	•	•
		1.68 Construir novas unidades habitacionais de acordo com o perfil socioeconômico	• Sim	• A nível de Governo, definição de estratégia de atendimento	• SNH
		1.69 Contemplar espaços e recursos para equipamentos públicos nos novos conjuntos habitacionais –	• Sim	• A nível de Governo, definição de estratégia de atendimento	• SNH

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
		saúde, educação, assistência social ²			
		1.70 Caso o Sistema de Segurança Pública Estadual não possua capacidade plena de concluir a realocação, o Governo do Estado poderá demandar o apoio da Força Nacional	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • MJSP – garantia da segurança pública no processo de realocação de pessoas, se demandado pelas autoridades estaduais 	<ul style="list-style-type: none"> • MJSP
	4. Elaborar estratégia para as ações necessárias de realocação das famílias afetadas do Setor 1 - criticidade 0	1.71 Elaborar um “ Plano de Realocação ” da área envolvendo todas as instituições competentes	<ul style="list-style-type: none"> • Não 	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> •
		1.72 Iniciar o acesso das famílias ao aluguel social/emergencial	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • CENAD/SEDEC - atuação no aluguel social emergencial, respeitando os prazos de emergencialidade • Articulação com a Casa Civil para a definição de estratégias de atendimento 	<ul style="list-style-type: none"> • CENAD/SEDEC
		1.73 Identificar as famílias que porventura no momento da realocação insistirem em permanecer na área afetada e se recusam a receber o benefício de aluguel emergencial.	<ul style="list-style-type: none"> • Não 	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> •
		1.74 Informar o resultado da identificação das famílias elencadas	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Defensoria Pública da União e Ministério Público Federal – acompanhamento das 	<ul style="list-style-type: none"> • DPU • MPF

² Item incluído por solicitação dos eixos saúde e educação

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
		no item 1.75 ao Ministério Público para providências		iniciativas	
		1.75 A partir das informações mencionadas nos itens 1.75 adotar providências quanto a remoção em conjunto com a instância jurídica municipal	• Sim	• Defensoria Pública da União e Ministério Público Federal – acompanhamento das iniciativas	• DPU • MPF
		1.76 Manter o aluguel emergencial/social até a entrega das unidades habitacionais	• Sim	• CENAD/SEDEC - atuação no aluguel social emergencial, respeitando os prazos de emergencialidade. • Articulação com a Casa Civil para a definição de estratégias de atendimento	• CENAD/SEDEC
		1.77 Construir novas unidades habitacionais de acordo com o perfil socioeconômico	• Sim	• A nível de Governo, definição de estratégia de atendimento	• SNH
		1.78 Caso o Sistema de Segurança Pública Estadual não possua capacidade plena de concluir a realocação, o Governo do Estado poderá demandar o apoio da Força Nacional	• Sim	• MJSP – garantia da segurança pública no processo de realocação de pessoas	• MJSP
	5. Elaborar estratégia para as ações necessárias de realocação das famílias afetadas do Setor 2 - criticidade 0	1.79 Iniciar o acesso das famílias ao aluguel social/emergencial	• Sim	• CENAD/SEDEC - atuação no aluguel social emergencial, respeitando os prazos de emergencialidade • Articulação com a Casa Civil para a definição de estratégias de atendimento	• CENAD/SEDEC
		1.80 Identificar as famílias que	• Não	•	•

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
		insistem em permanecer na área afetada e se recusam a receber o benefício de aluguel social			
		1.81 Informar resultado da identificação das famílias elencadas no item 1.82 ao Ministério Público para providências	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Defensoria Pública da União e Ministério Público Federal – acompanhamento das iniciativas 	<ul style="list-style-type: none"> • DPU • MPF
		1.82 A partir das informações mencionadas nos itens 1.82 adotar providências quanto a remoção em conjunto com a instância jurídica municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Defensoria Pública da União e Ministério Público Federal – acompanhamento das iniciativas 	<ul style="list-style-type: none"> • DPU • MPF
		1.83 Manter o aluguel emergencial/social até a entrega das unidades habitacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • CENAD/SEDEC - atuação no aluguel social emergencial, respeitando os prazos de emergência • Articulação com a Casa Civil para a definição de estratégias de atendimento 	<ul style="list-style-type: none"> • CENAD/SEDEC
		1.84 Construir novas unidades habitacionais de acordo com o perfil socioeconômico	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • A nível de Governo, definição de estratégia de atendimento 	<ul style="list-style-type: none"> • SNH
		1.85 Contemplar espaços e recursos para equipamentos públicos nos novos conjuntos habitacionais –	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • A nível de Governo, definição de estratégia de atendimento 	<ul style="list-style-type: none"> • SNH

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
		saúde, educação, assistência social ³			
		1.86 Caso o Sistema de Segurança Pública Estadual não possua capacidade plena de concluir a realocação, o Governo do Estado poderá demandar o apoio da Força Nacional	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • MJSP – garantia da segurança pública no processo de realocação de pessoas 	<ul style="list-style-type: none"> • MJSP
	6. Iniciar procedimentos para identificação de locais para construção de unidades habitacionais - fora da área atingida	1.87 Identificar possíveis áreas que estejam viáveis à implantação de residenciais para desapropriação ou aquisição	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação Casa Civil e Secretaria de Patrimônio da União – SPU para a verificação de terrenos passíveis 	<ul style="list-style-type: none"> • SPU
1.88 Viabilizar, por parte do Governo Federal, a elaboração dos projetos, contemplando todas as Anotação de Responsabilidade Técnica – ART's necessárias		<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Definição de apoio financeiro ou técnico para realização dos projetos técnicos 	<ul style="list-style-type: none"> • 	
1.89 Contemplar espaços e recursos para equipamentos públicos nos novos conjuntos habitacionais – saúde, educação, assistência social ⁴		<ul style="list-style-type: none"> • Não 	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> • 	
1.90 Solicitar a inclusão de equipamentos de uso sociais e de		<ul style="list-style-type: none"> • Não 	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> • 	

³ Item incluído por solicitação dos eixos saúde e educação

⁴ Item incluído por solicitação dos eixos saúde e educação

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
		lazer nos projetos			
		1.91 Incluir áreas comerciais, priorizando os antigos empresários, nas imediações das novas unidades habitacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Não 	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> •
	7. Concentrar ações para aplicação de políticas públicas habitacionais aplicáveis à área atingida	1.92 Viabilizar linhas de crédito com taxas de juros reduzidas para as famílias que não estiverem no perfil para habitação de interesse social	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação com a Casa Civil para definição junto ao Conselho Curador • MDR – Subsecretaria vinculada à Secretaria Executiva que trata da gestão do FGTS • Caixa operacionaliza as taxas definida pelo Conselho 	<ul style="list-style-type: none"> • Caixa Econômica Federal • MDR • Casa Civil
		1.93 Solicitar a suspensão de cobranças dos financiamentos cobertos pelo FG HAB	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Caixa Econômica Federal – já está em operação a suspensão de contratos vigentes, mediante determinação judicial • A Caixa disponibilizará um canal de atendimento específico para as demandas da população, incluindo engenheiros para dar maior celeridade as comunicações de sinistros 	<ul style="list-style-type: none"> • Caixa Econômica Federal
		1.94 Solicitar o acionamento do seguro para cobertura das parcelas de financiamentos	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Caixa Econômica Federal – já está em operação • A Caixa disponibilizará um canal de atendimento específico para as demandas da população, incluindo engenheiros para dar maior celeridade as comunicações de sinistros 	<ul style="list-style-type: none"> • Caixa Econômica Federal
		1.95 Reavaliar os critérios de concessão de benefícios eventuais aos impactados pelo	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • SEDEC e Ministério da Cidadania – Apoio Técnico para definição da estratégia de atendimento junto a população do município 	<ul style="list-style-type: none"> • SEDEC • Ministério da Cidadania

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
		desastre			
	8. Iniciar tratativas para liberação de seguro habitacional para mutuários da CEF e outras instituições financeiras	1.96 Desenvolver estratégias com as equipes locais para imóveis em construção	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Caixa Econômica Federal - identificação dos imóveis para adotar as medidas cabíveis para a liberação do seguro. A Caixa realizará articulação com as empresas seguradoras para propor a admissão do Relatório da CPRM para embasar as comunicações de sinistros 	<ul style="list-style-type: none"> • Caixa Econômica Federal
		1.97 Iniciar tratativas para ações imediatas com as instituições financeiras para viabilizar a liberação do seguro às famílias que tem imóveis financiados em construção na área afetada	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Caixa Econômica Federal - identificação dos imóveis para adotar as medidas cabíveis para a liberação do seguro. A Caixa realizará articulação com as empresas seguradoras para propor a admissão do Relatório da CPRM para embasar as comunicações de sinistros 	<ul style="list-style-type: none"> • Caixa Econômica Federal
	9. Liberação do FGTS englobando toda área do novo mapa	1.98 Viabilizar instrumentos para nova ação civil pública para abrangência do novo mapa	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Defensoria Pública da União – adequação da ação civil para atendimento total da população contida no mapa de setorização de danos e de linhas de ação prioritárias 	<ul style="list-style-type: none"> • DPU

2.2.4 SEGURANÇA PÚBLICA

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
4. Segurança Pública	1. Manter a segurança nas áreas evacuadas, permitindo a segurança dos moradores que permanecem na área sobre monitoramento e das edificações evacuadas	1.99 Continuação de policiamento ostensivo no Setor 0: 8 viaturas efetuando o policiamento 24 horas	• Não	•	•
		1.100 Estender o policiamento ostensivo para os setores 1 e 2	• Não	•	•
		1.101 Marcar as unidades habitacionais que foram evacuadas por meio de aplicativo (a ser desenvolvido)	• Não	•	•
		1.102 Reconhecimento periódico do Corpo de Bombeiros Militar – CBM	• Não	•	•
		1.103 Caso o Sistema de Segurança Pública Estadual não possua capacidade plena de garantir a execução das atividades acima de policiamento e de bombeiro, o Governo do Estado (Governador) poderá demandar o apoio da Força Nacional	• Sim	• Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Força Nacional – garantia da Segurança Pública em apoio ao Sistema de Segurança Pública Estadual	• Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Força Nacional
		1.104 O Governo do Estado (Governador) poderá demandar o apoio da Força Nacional para a	• Sim	• Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Força	• Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Força Nacional

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
		realização de treinamento/capacitação das equipes estaduais		Nacional	
	2. Montar estratégia para operações necessárias durante processo de realocação dos moradores das zonas de relocação imediata	1.105 Compor equipe responsável pela elaboração do Plano de Realocação com todas as entidades participantes, cogitando todas as possíveis ocorrências durante o processo	• Não	•	•
		1.106 Verificar Portaria do Tribunal de Justiça com relação à desocupação - mandado judicial	• Não	•	•
		1.107 Quando acionados, garantir o cumprimento de ordens de realocação – com mandado judicial - em virtude de resistência	• Não	•	•
		1.108 Realizar o processo de realocação da população por subdivisões/grupos	• Não	•	•
		1.109 Realizar trabalho de convencimento através do gerenciamento de crises, apoiando o órgão de coordenação	• Não	•	•
		1.110 Estudar possibilidade de acesso para realizar mudança das pessoas	• Não	•	•

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
		relocadas (topografia dificultosa)			
		1.111 Realizar o isolamento da área desocupada após a demolição (evitar reocupação)	• Não	•	•
		1.112 Bombeiro Militar apoiará as ações de realocação	• Não	•	•
		1.113 Caso o Sistema de Segurança Pública Estadual não possua capacidade plena de concluir a realocação, o Governo do Estado poderá demandar o apoio da Força Nacional	• Sim	• Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Força Nacional – garantia da Segurança Pública no processo de realocação de pessoas	• MJSP

2.2.5 COMUNICAÇÃO DO RISCO E DO DESASTRE

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFAC E COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
5. Comunicação Social	1. Comunicações de riscos: promover autoproteção e prevenção do pânico	1.114 Enviar informes de monitoramento para a população: hidrometeorológico, estrutural e geológico	• Não	•	•
		1.115 Continuar o envio de listas de transmissão	• Não	•	•
		1.116 Providenciar Informativos de utilidade pública (rádio e TV), quando necessário	• Não	•	•
		1.117 Elaborar guia impresso para disponibilização a população	• Não	•	•
		1.118 Estreitar relação com os grupos comunitários (reuniões semanais e representantes alternados, lideranças religiosas)	• Não	•	•
		1.119 Realizar disseminação de conteúdo educativo através dos principais equipamentos sociais	• Não	•	•
		1.120 Preparar comunicação interativa com treinamento/esclarecimento as equipes de assistência social, saúde e rede escolar ⁵	• Não	•	•

⁵ Solicitação feita pelos integrantes dos eixos saúde e educação

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFAC E COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
		1.121 Desenvolver app – Estado	• Não	•	•
		1.122 Instalação da sinalização das rotas de fuga, inclusive com possível readequação em virtude da expansão do mapa	• Não	•	•
		1.123 Mobilizar os líderes comunitários e Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil – NUPDEC's para a comunicação do risco	• Não	•	•
		1.124 Divulgar o plano de ações por meio de audiência pública, com a participação das três esferas	• Sim	• As instituições federais, dentro de sua área de competência e conforme demandado, auxiliarão na estratégia de divulgação do PAI	• Órgãos do Governo Federal envolvidos
	2. Comunicação das ações de contingência	1.125 A comunicação estará à disposição 24 horas/dia 7 dias/semana para, em qualquer circunstância, disseminar a ativação do Plano de Contingência	• Não	•	•
		1.126 O aviso de desastre será divulgado via lista de transmissão no <i>WhatsApp</i> e SMS	• Sim	• CENAD/SEDE C – apoiar o Município com a operacionalização do envio de alertas via SMS e demais instrumentos	• CENAD/SEDE C
		1.127 Se a ocorrência for no período	• Não	•	•

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFAC E COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
		noturno, o alerta também será dado através de carro de som			
		1.128 Definir modelos de comunicação, informando as ações para cada nível de alerta	• Não	•	•
		1.129 Contatar imprensa local via <i>mailing</i> , telefone e lista de transmissão para informar sobre a ativação do plano de contingência	• Não	•	•
		1.130 Veicular, se necessário, nota de utilidade pública em rádios e TV's e <i>sites</i> para ativação do plano de evacuação	• Não	•	•
		1.131 Comunicar o fim do estado de contingência	• Não	•	•
	3. Comunicações coordenadas interinstitucionais.	1.132 A comunicação estadual será feita pelo gabinete civil	• Não	•	•
		1.133 A comunicação municipal será realizada pela SMG e SECOM	• Não	•	•
		1.134 Consolidar Plano de Comunicação das agências do Governo Federal	• Sim	• Definir pontos focais, porta voz de cada instituição, mensagens-chave e perguntas e respostas. Além disso, propor ações conjuntas de comunicação	• Órgãos do Governo Federal envolvidos, sob coordenação da SECOM.
		1.135 Estabelecer protocolo de comunicação interinstitucional	• Sim	• SECOM – Articulação com o Estado e o Município	• SECOM

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFAC E COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
		das três esferas		para definição de estratégia única de comunicação	

2.2.6 SERVIÇOS ESSENCIAIS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
6. Serviços essenciais	1. Monitoramento das estruturas	1.136 Rede de abastecimento de água, a cargo da Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL <ul style="list-style-type: none"> ✓ Vistoria em campo, observando vazamentos visíveis e não visíveis através de equipamento chamado geofone ✓ Auxílio da comunidade com o apoio de redes de comunicação ✓ As obras de saneamento básico que seriam realizadas na região afetada se mantém suspensa ✓ A partir dos resultados de monitoramento será reavaliada a implantação do projeto de saneamento básico para a região afetada 	• Não	•	•
		1.137 Serviço de entrega de gás, a cargo da Distribuidora Alagoana de Gás Natural – ALGÁS <ul style="list-style-type: none"> ✓ Monitoramento da pressão da rede de gás durante 24 horas/dia ✓ Em caso de qualquer anormalidade é acionado o setor de emergência 	• Não	•	•

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
		1.138 Energia Elétrica – Empresa EQUATORIAL ✓ Centro de operações 24 horas/dia ✓ A equipe de 0800 passará por atualização para atender demandas relacionadas as áreas afetadas	<ul style="list-style-type: none"> • Não 	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> •
		1.139 Monitoramento das estruturas de telecomunicações	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • ANATEL – Demandar das operadoras de telecomunicações vistorias em campo para verificar a estabilidade do solo em torno das torres de telefonia • Caso seja constatada alguma anormalidade, a ANATEL irá comunicar à Defesa Civil Municipal 	<ul style="list-style-type: none"> • ANATEL
		1.140 Monitoramento da infraestrutura da linha férrea	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria semanal na via férrea para constatação de anormalidades no nivelamento entre as estações Bom Parto e Bebedouro • O monitoramento é realizado por observação visual dos maquinistas, bem como, estudos topográficos na via permanente • Caso seja constatada alguma anormalidade, a CBTU irá comunicar à Defesa Civil Municipal • CPRM - Verificar possibilidade de monitoramento na movimentação do solo com a passagem dos trens 	<ul style="list-style-type: none"> • CBTU/MDR • CPRM

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
	2. Preparação para contingência	1.141 Rede de abastecimento de água – CASAL ✓ Atualizar o Plano de Ação Emergencial - PAE para a nova realidade - atualização do mapa. Além da análise específica sobre as ações na área de risco, com vista a garantir a manutenção dos serviços essenciais em situação crítica, priorizando serviços de saúde	• Sim	<ul style="list-style-type: none"> MS – Apoio Técnico ao Comitê de Emergências – COES Integrado em relação as questões de abastecimento e qualidade da água Secretaria Nacional de Saneamento – SNS – Oficializar a operação em Estado de Calamidade Pública por parte da empresa CASAL 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Saúde. SNS
		1.142 Serviço de entrega de gás – ALGÁS ✓ Atualizar o Plano de Ação Emergencial - PAE para a nova realidade - atualização do mapa. Além da análise específica sobre as ações na área de risco, com vista a garantir a manutenção dos serviços essenciais em situação crítica, priorizando serviços de saúde.	• Não	•	•
		1.143 Energia Elétrica – EQUATORIAL. ✓ Atualizar o Plano de Ação Emergencial - PAE para a nova realidade - atualização do mapa. Além da análise específica sobre as ações na área de risco, com vista a garantir a manutenção dos serviços essenciais	• Sim	<ul style="list-style-type: none"> ANEEL – Conforme demanda da Empresa EQUATORIAL, oficializar a operação em Estado de Calamidade Pública 	• ANEEL

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
		em situação crítica, priorizando serviços de saúde, segurança pública e de telecomunicações			
		<p>1.144 Coleta de lixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Preocupação na realização da limpeza urbana (SLUM) na utilização de maquinário pesado em virtude da instabilidade do solo, além da necessidade de supressão de árvores ✓ A Superintendência Urbana de Desenvolvimento Sustentável – SUDES se compromete em usar meios alternativos para realizar a coleta de lixo em áreas que se tem o acesso limitado. Em locais de difícil acesso ou interditados a coleta de lixo será realizada através de motocicleta e manual 	<ul style="list-style-type: none"> • Não 	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> •
		1.145 Será verificado com a Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito – SMTT a possibilidade de utilização, em caso de emergência, da faixa exclusiva para ônibus pelas viaturas das empresas prestadoras de serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Não 	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> •

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
		1.146 Em caso de contingência, a Defesa Civil Municipal irá acionar as agências de serviços competentes	<ul style="list-style-type: none"> Não 	<ul style="list-style-type: none"> 	<ul style="list-style-type: none">
		1.147 Telecomunicações – ANATEL. ✓ Atualizar o Plano de Ação Emergencial - PAE para a nova realidade - atualização do mapa. Além da análise específica sobre as ações na área de risco, com vista a garantir o funcionamento das telecomunicações	<ul style="list-style-type: none"> Sim 	<ul style="list-style-type: none"> ANATEL - Manter plano de contingência atualizado para responder a uma situação crítica, com vistas a garantir os serviços de telecomunicações de interesse coletivo 	<ul style="list-style-type: none"> ANATEL
	3. Realocar as estruturas	1.148 Serão desenvolvidos estudos para verificar possibilidade de realocação das redes de gás e energia	<ul style="list-style-type: none"> Não. 	<ul style="list-style-type: none"> 	<ul style="list-style-type: none">
		1.149 Realocação de antenas de telefonia	<ul style="list-style-type: none"> Sim. 	<ul style="list-style-type: none"> A partir das informações de monitoramento <i>in loco</i> previstas anteriormente, poderá ser solicitado às operadoras a realocação de determinada estrutura 	<ul style="list-style-type: none"> ANATEL
		1.150 Em longo prazo serão realizados estudos para soluções alternativas para realocação das linhas de transmissão de energia elétrica e subestação	<ul style="list-style-type: none"> Não 	<ul style="list-style-type: none"> 	<ul style="list-style-type: none">

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
	4. Acompanhamento dos demais eixos	1.151 As empresas que prestam serviços essenciais acompanharão a elaboração do Plano de Realocação dos moradores afetados no setor 1, criticidade 0	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • ANATEL - Atuação sob demanda • ANEEL – Acompanhar e garantir dentro de sua área de competência o cumprimento do Plano. • Ver com a SNS/MDR 	<ul style="list-style-type: none"> • ANATEL • ANEEL • Ver com a SNS/MDR
		1.152 Foi informado pela SUDES que existe a capacidade de receber os entulhos gerados pela demolição, com as seguintes etapas: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Desenvolver plano logístico para retirada de entulho ✓ A secretaria será incluída no Plano de Realocação do Mutange 	<ul style="list-style-type: none"> • Não 	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> •
		1.153 Será oficializado pela Prefeitura junto à CBTU o cronograma e planejamento para retirada de entulhos e desocupação das residências que afetem a operação da empresa	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • A Prefeitura irá articular com a CBTU o plano necessário para viabilizar a suspensão temporária das linhas no período de remoção de pessoas e entulhos 	<ul style="list-style-type: none"> • CBTU
		1.154 A CASAL participará do plano de trabalho da demolição	<ul style="list-style-type: none"> • Não 	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> •

2.2.7 EDUCAÇÃO

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
7. Educação	1. Rastrear os alunos dispersos pelo aluguel emergencial/social	1.155 Rastrear os alunos que pertencem às áreas de realocação dispersas por aluguel emergencial/social.	• Não	•	•
		1.156 Incluir no censo previsto em Termo de Cooperação questionamento com pretensão de moradia futura	• Não	•	•
	2. Realocar escolas municipais e estaduais.	1.157 Transferir os alunos da CMEI Braga Neto para casarão próximo à sede anterior, fora da zona de risco	• Não	•	•
		1.158 Já foram transferidas duas escolas municipais, ainda resta um CMEI a ser transferido	• Não	•	•
		1.159 Prioridade de monitoramento das escolas que estão no setor 0, criticidade 1 por equipe de engenharia da educação estadual e defesa civil estadual	• Não	•	•
	3. Oferecer escolas em novos habitacionais de destino dos realocados	1.160 Traçar perfil da comunidade escolar nas novas áreas habitacionais com base nos resultados obtidos pela defesa civil no eixo da habitação	• Não	•	•

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
	4. Apoio técnico e financeiro	1.161 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB: Solicitar ao MEC a desconsideração de evasão nas escolas que estão na área de risco para manutenção da nota	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • MEC – Articulação com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP para verificar a possibilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • MEC • INEP
		1.162 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB: Solicitar ao MEC usar o censo de 2018 para o cálculo do FUNDEB nas escolas atingidas pelo desastre	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • MEC – Articulação com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE para verificar a possibilidade de antecipação no que diz respeito a parcela de complementação da União 	<ul style="list-style-type: none"> • MEC/FNDE
		1.163 Solicitar ao MEC manter disponíveis recursos para creches, escolas e quadras dentro do Plano de Ações Articuladas – PAR para as áreas definitivas de realocação (recursos de construção, mobiliário e equipamento)	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • MEC – A partir do levantamento tratado no objetivo 3, o Ministério articulará com as autoridades estaduais e municipais para prover o apoio que cabe, dentro de seus projetos e competências • Apoio por meio do Plano de Ações Articuladas, que constitui no mecanismo de transferência voluntária da União para atendimento a despesas 	<ul style="list-style-type: none"> • MEC/FNDE

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
				relativas a investimentos em infraestrutura para obras em escolas, creches e aquisição de equipamentos e mobiliários	
		1.164 Solicitar ao MEC manter disponíveis recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE para as áreas definitivas de realocação	• Sim	• MEC – Consulta da possibilidade de antecipação da parcela do PDDE, caso o município não tenha recebido	• MEC
		1.165 Solicitar ao FNDE manter disponíveis recursos para alimentação escolar no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	• Sim	• MEC - Articulação com o FNDE para verificar a possibilidade de disponibilização de recursos para alimentação escolar	• MEC/FNDE

2.2.8 SAÚDE

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	
8. Saúde	1. Realocação de estrutura dos setores 0, 1 e 2 com criticidade 0	<p>1.166 Está em elaboração o Plano de Realocação para unidades de saúde nas áreas de criticidade 0, junto com Ministério da Saúde e com o apoio do Comitê de Operação Integrado em Emergências de Saúde – COIES</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Garantir, dentro dos recursos de construção de novas unidades habitacionais, recursos para construção de equipamentos públicos ✓ Redistribuição das equipes de saúde para as áreas receptoras da população da população afetada 	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Saúde – Apoio técnico para a elaboração do Plano e acompanhamento. Para a finalização do Plano, três questões devem ser tratadas: questão financeira, normativos legais e planejamento de realocação de residências (fluxo populacional) tratado no Eixo 3 Habitações 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Saúde 	
	2. Fortalecimento do sistema local de saúde, tendo em vista o deslocamento populacional	1.167 Ampliação da cobertura de atenção básica do município		<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Saúde – Apoio técnico e aporte financeiro, caso seja demandado pelos gestores locais 	<ul style="list-style-type: none"> • MS
		1.168 Expansão da cobertura do SAMU 192 do município de Maceió		<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Saúde – Apoio técnico e aporte financeiro, caso seja demandado pelos gestores locais 	<ul style="list-style-type: none"> • MS
		1.169 Ampliação e qualificação dos equipamentos de saúde mental		<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Saúde – Apoio técnico, capacitações e aporte financeiro, caso seja demandado pelos gestores locais 	<ul style="list-style-type: none"> • MS
		1.170 Ampliação e qualificação da rede de atenção às urgências e		<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Saúde – Apoio técnico, capacitações e aporte financeiro, caso seja 	<ul style="list-style-type: none"> • MS

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
		emergências		demandado pelos gestores locais	
		1.171 Definir e manter rotina de controle de vetores para imóveis que foram desocupados	• Não	•	•
		1.172 Levantar o quantitativo de animais na área (por meio do levantamento populacional previsto no Eixo “Habitações”)	• Não	•	•
	3. Atendimento dos pacientes das áreas afetadas	1.173 Continuar o atendimento psicossocial 24 horas à disposição dos pacientes, trabalhadores e funcionários que permanecem nas áreas de monitoramento, incluindo divulgação do número para atendimento em cartilhas	• Não	•	•
		1.174 Priorizar, no encaminhamento de serviço hospitalar dos pacientes, trabalhadores e funcionários pertencentes aos bairros afetados	• Não	•	•
		1.175 Levantamento (georreferenciado) das pessoas com dificuldade de locomoção (por meio do levantamento populacional previsto no Eixo “Habitações”)	• Não.	•	•
		1.176 Rastrear os pacientes que foram realocados através	• Não	•	•

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
		do número do cartão SUS (por meio do levantamento populacional previsto no Eixo “Habitações”)			
		1.177 Atualizar o Plano de Contingência da Defesa Civil Municipal com atenção ao hospital sanatório, Hapvida e demais instituições de saúde da área afetada, incluindo as respectivas participações na elaboração	• Não	•	•
		1.178 Encaminhar dados dos censos e levantamentos habitacionais aos órgãos de Saúde	• Não	•	•
		1.179 Atualização de treinamento permanente no setor de especificidades da saúde (inclusive com apoio da Força Nacional do SUS) e evacuação (com o apoio das Defesas Civas)	• Sim	• Ministério da Saúde – Capacitação permanente conforme necessidades.	• MS
		1.180 Municar os agentes de saúde com as informações necessárias a serem repassadas à população	• Não	•	•
	4. Fortalecer a gestão de riscos e de desastres	1.181 Apoio à gestão local/COIES para desenvolvimento das ações dos Planos	• Sim	• Ministério da Saúde – Apoio à gestão.	• MS
		1.182 Monitoramento e avaliação da situação de saúde da população e do Sistema de Saúde Local	• Sim	• Ministério da Saúde – Monitoramento e avaliação.	• MS
		1.183 Estabelecer rotina de reuniões com a	• Não	•	•

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
		Defesa Civil Municipal e órgãos de saúde para atualização das informações			

2.2.9 RECUPERAÇÃO DE NEGÓCIOS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
9. Recuperação de Negócios	1. Mapeamento dos empresários e empreendedores das áreas afetadas	1.176 Solicitar a participação dos empresários e empreendedores da área afeta na construção dos formulários para o censo que será realizado na área de risco	• Sim	• MPT e SEBRAE Estadual e Nacional - Apoio na concepção do censo	• Ministério Público do Trabalho • SEBRAE
	2. Projeto de Lei de incentivos fiscais às regiões afetadas pelo desastre	1.177 Projeto de Lei Municipal negociado e validado pelos empresários e moradores dos bairros afetados	• Não	•	•
		1.178 Elaborar e aprovar projetos semelhantes ao municipal, nas esferas estadual e federal	• Sim	• Articular com a Receita Federal a readequação do Sistema Simples Nacional para atender a nova legislação fiscal do município	• Receita Federal
	3. Unificar, para efeito de benefícios às empresas afetadas, a criticidade dos setores	1.179 Considerando que o impacto nos negócios afetados independe da localização e condição geológica, usar como parâmetro o limite territorial de inclusão a Lei do Abairramento (Plano Diretor)	• Não	•	•
4. Criar um conjunto de mecanismos para desburocratizar a reinstalação dos negócios afetados, nas	1.180 Criação de linhas de crédito desburocratizadas, adaptadas à realidade, com garantias factíveis, carências alongadas para	• Sim	• Ministério da Economia/ Casa Civil - Criação de um mecanismo específico, como exemplo o FNE Seca, com criação de linhas de	• Ministério da Economia • Casa Civil • MPT • SEBRAE • Banco do	

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
	esferas municipal, estadual e federal	créditos novos e revisão de créditos já concedidos		<p>crédito e/ou renegociação de dívidas com condições diferenciadas para empresários e potencial empreendedor</p> <ul style="list-style-type: none"> Definir em nível de Governo um Fundo a ser utilizado como <i>funding</i> para os bancos públicos. Exemplo: recurso PIS/PASEP ou FAT MPT – Acompanhamento das ações Possibilidade de Utilização do FAMPE (Fundo de Aval para a Micro e Pequena Empresa) como garantia de empréstimos 	Nordeste
		1.181 Verificar a possibilidade de uma linha de crédito estadual em conjunto (Agência Desenvolve)	• Não	•	•
		1.182 Criar programa especial de compras governamentais para incentivar os negócios afetados (ex.: combustível, merenda)	• Não	•	•
	5. Garantia de uma renda mínima dos núcleos familiares dos negócios afetados (CNPJ, CPF), possibilidade de	1.183 O valor médio deve ser definido a partir do censo citado no item 1	• Sim	• MPT – Acompanhamento das ações	• MPT
		1.184 Condicionar a saída ou fechamento do negócio no bairro	• Sim	• MPT – Acompanhamento das ações	• MPT

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
	utilização do FECOEP)	ao recebimento do benefício			
		1.185 Discutir o valor com as instituições envolvidas - como sugestão, apurar, para efeito do cálculo do benefício, a renda média das famílias do bairro	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • MPT – Acompanhamento das ações 	<ul style="list-style-type: none"> • MPT
	6. Garantir junto ao Governo Federal mecanismos para não desamparar trabalhadores e evitar conflitos trabalhistas	1.186 Garantir a liberação imediata e desburocratizada no percentual de até 80% do FGTS dos trabalhadores nos bairros afetados	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Já realizado via decisão judicial junto à DPU 	<ul style="list-style-type: none"> • DPU • MPT
		1.187 Utilização de Núcleo de Mediação	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • MPT – utilização do Núcleo de Mediação para intermediar as questões trabalhistas 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério Público do Trabalho
		1.188 Utilização do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Economia – Realização de cursos de capacitação com a utilização de bolsas, dentre outras possibilidades 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Economia
		1.189 Criação de Grupos de Crédito Solidário – CREDIAMIGO	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Banco do Nordeste – articular a formação de grupos de trabalhadores informais para acesso ao microcrédito produtivo orientado 	<ul style="list-style-type: none"> • Banco do Nordeste.
	7. Realocação das empresas das áreas afetadas	1.190 Sensibilização das autoridades ambientais para celeridade dos processos de realocação dos negócios afetados e que têm impacto	<ul style="list-style-type: none"> • Não 	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação com IBAMA para verificar possibilidade de apoio 	<ul style="list-style-type: none"> •

PLANO DE AÇÃO INTEGRADA
BAIRROS PINHEIRO, MUTANGE E BEBEDOURO/MACEIO –
ALAGOAS

EIXO TEMÁTICO	OBJETIVO	ATIVIDADE	INTERFACE COM GOVERNO FEDERAL?	AÇÕES FEDERAIS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS
		<p>ambiental nas esferas municipal, estadual e federal</p> <p>1.191 Criar um cronograma com os representantes do empresariado do bairro e dos segmentos de negócios, através da realização de reuniões e plano de comunicação específico, buscando sempre a desburocratização das diversas esferas governamentais quanto a realocação das empresas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Caso sejam demandados, poderão prestar apoio ao Município 	<ul style="list-style-type: none"> • Caixa • SEBRAE • MPT • Banco do Nordeste
	<p>8. Estabelecer um novo marco legal para modernização da resposta da União em caso de desastres naturais ou tecnológicos voltada ao setor de negócios</p>		<ul style="list-style-type: none"> • Sim 	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> •

3 PONTOS CRÍTICOS – ARTICULAÇÃO INTERMINISTERIAL

Durante o trabalho promovido nas câmaras temáticas do Governo Federal acerca dos objetivos e ações a serem realizadas na gestão do desastre em Maceió, alguns pontos permaneceram sem aprofundamento e soluções de pronta execução. As limitações foram tanto de ordem financeira, quanto em aspectos legais e normativos vigentes. Em ambos os casos, as discussões devem ser levadas a outras instâncias de Governo.

Os pontos críticos verificados seguem abaixo:

3.1 EIXO TEMÁTICO III – HABITAÇÕES

Ponto Crítico - Garantir aluguel emergencial/social para a população afetada	
Linha e Ação – Manter o atendimento realizado atualmente, através do aluguel emergencial, realizado com recursos da SEDEC/MDR. Identificado junto ao Ministério da Cidadania normativo legal, que permita que o aluguel emergencial seja substituído pelo benefício do <u>aluguel social</u> .	
Sugestão	Dificuldade/Riscos
1. Mudança da legislação atual, permitindo que Reconhecimento Federal de ECP, possa ser renovada ao findar do prazo atual.	✓ Altera legislação vigente, permitindo que o dispositivo seja utilizado para eventos futuros, de forma não desordenada, ou por pressões externas, pois a decretação se mantém, mesmo não existindo agravamento real da situação existente;
2. Incrementar recurso para SEDEC, permitindo manter o aluguel emergencial para a cidade de Maceió, de forma indefinida;	✓ A aplicação dessa estratégia poderá perpetuar o acesso do recurso, a exemplo de política pública tipo “carro pipa”;
3. Secretaria de habitação cria possibilidade de política pública de habitação com estratégia de aluguel;	✓ A mudança da legislação vigente, poderá levar muito tempo. Deverá estar alinhada com o aluguel emergencial da SEDEC, permitindo não desassistir famílias hoje atendidas pelo recurso;

Ponto Crítico - Construção de novas unidades habitacionais, de acordo com o perfil socioeconômico e identificação de áreas públicas federais disponíveis

Linha e Ação – Identificar junto à Secretaria Nacional de Habitação – SNH a possibilidade de construção de novas unidades habitacionais do Programa “Minha Casa Minha Vida”. Realizar a interlocução com a Secretaria de Patrimônio da União, a respeito da existência de áreas públicas que possam alocar novos empreendimentos habitacionais na cidade de Maceió.

Sugestão	Dificuldade/Riscos
1. Identificar áreas públicas na cidade de Maceió, que possam ser liberadas para doação ao município e construção de unidades habitacionais;	✓ A presente ação visa agilizar a construção de novas unidades habitacionais, na impossibilidade da existência de imóveis na cidade para esse fim, a atividade poderá se alongar de forma prejudicial;
2. Redirecionar orçamento e recurso financeiro para aplicação de política pública habitacional federal (MCMV)	✓ A impossibilidade da presente ação poderá impedir a remoção definitiva das famílias atingidas, mantendo a exposição ao risco ou estender o benefício do aluguel emergencial;

Ponto Crítico - Viabilizar linhas de crédito com taxas de juros reduzidas para as famílias que não atendem ao perfil para habitação de interesse social

Linha e Ação – É necessário articular junto ao Ministério da Economia, pois as regras para linhas de créditos específicas, com condições diferenciadas para questões imobiliárias, são dadas pelo Conselho Curador do FGTS. Necessidade da realização de estudos de viabilidade.

Sugestão	Dificuldade/Riscos
1. Realizar estudo de viabilidade e oportunidade, criando estratégia de linha de ação de crédito imobiliário, para toda a família atingida pelo desastre. A presente solução poderá ser utilizada em eventos futuros de desastres no país;	✓ A realização de estudos e mudança na legislação, poderá ser extenso, inviabilizando a atenção aos moradores atingidos das áreas de criticidade “0”;
2. Intermediar junto à Caixa	✓ A realização de estudos e mudança

<p>Econômica Federal, a construção para abertura de uma nova linha de crédito, que possa ser utilizada por atingidos em desastres, utilizando como caução o próprio FGTS dos afetados. A presente solução poderá ser utilizada em eventos futuros de desastres no país;</p>	<p>na legislação, poderá ser extenso, inviabilizando a atenção aos moradores atingidos das áreas de criticidade “0”;</p>
---	--

3.2 EIXO TEMÁTICO VII – EDUCAÇÃO

<p>Ponto Crítico - Recursos para realocação de escolas da área afetada</p>	
<p>Linha e Ação – Apoiar por meio do Plano de Ações Articuladas – PAR, que constitui no mecanismo de transferência voluntária da União para atendimento a despesas relativas a investimentos em infraestrutura para obras em escolas, creches para aquisição de equipamentos e mobiliários. A partir da movimentação da população do bairro para áreas definitivas, tratado no eixo de Habitações, o Ministério da Educação pode tratar do apoio, ressaltando-se os limites orçamentários impostos e a priorização de atendimento da demanda.</p>	
Sugestão	Dificuldade/Riscos
AGUARDANDO PRODUTO DE PLANEJAMENTO	

3.3 EIXO TEMÁTICO VIII – SAÚDE

<p>Ponto Crítico - Recursos para realocação de hospitais e demais estruturas de saúde</p>	
<p>Linha e Ação – Através do Comitê de Operação Integrado em Emergências de Saúde – COIES, concluir o Plano de Realocação para unidades de saúde. Três pontos críticos foram tratados para operacionalizar o apoio financeiro por parte do Ministério da Saúde: aspecto financeiro, planejamento prévio da realocação de residências e questões legais. Sobre este último, os hospitais localizados na área impactada são entidades filantrópicas, não sendo possível a destinação de recursos para novas estruturas.</p>	
Sugestão	Dificuldade/Riscos
AGUARDANDO PRODUTO DE PLANEJAMENTO	

3.4 EIXO IX – RECUPERAÇÃO DE NEGÓCIOS

Ponto Crítico – Necessidade de readequação do sistema Simples Nacional para atender a nova legislação do Município	
Linha e Ação – Motivado pelo desastre, o município aprova Lei que garante a desoneração de impostos municipais (IPTU e ISS) para os estabelecimentos comerciais da área afetada. Porém, o sistema da Receita Federal ainda não foi atualizado para garantir a não cobrança dos referidos impostos.	
Sugestão	Dificuldade/Riscos
AGUARDANDO PRODUTO DE PLANEJAMENTO	

Ponto Crítico - Criação de linhas de crédito específicas e revisão de créditos já concedidos	
Linha e Ação – Avaliar e criar mecanismo específico, como exemplo o FNE Seca, com definição de linhas de crédito e/ou renegociação de dívidas com condições diferenciadas para empresários e potenciais empreendedores. A depender do atendimento, definir fundo a ser utilizado como <i>funding</i> para os bancos públicos, com possibilidade de utilização do FAMPE (Fundo de Aval para a Micro e Pequena Empresa) como garantia de empréstimos.	
Sugestão	Dificuldade/Riscos
AGUARDANDO PRODUTO DE PLANEJAMENTO	

Ponto Crítico - Utilização do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT	
Linha e Ação – Verificar a possibilidade de utilizar o fundo, a cargo do Ministério da Economia, afim de atenuar os impactos aos trabalhadores que possam perder o emprego ou sofrer dificuldades inerentes ao desastre. Como exemplo, foi proposto a realização de cursos de capacitação com bolsas pagas.	
Sugestão	Dificuldade/Riscos
AGUARDANDO PRODUTO DE PLANEJAMENTO	

Ponto Crítico - Marco legal voltado ao setor de negócios	
Linha e Ação – Estabelecer um marco legal para modernização da resposta da União em caso de desastres naturais ou tecnológicos. De maneira geral, foi identificado que o normativo para situações de desastres voltado ao setor de negócios é bastante incipiente.	
Sugestão	Dificuldade/Riscos
AGUARDANDO PRODUTO DE PLANEJAMENTO	

4 CONSIDERAÇÃO FINAIS

Ressalta-se que o presente Plano tem como subsídio os estudos técnicos elaborados pelo Serviço Geológico Brasileiro – CPRM e apresentados através de Relatório Técnico e Audiência Pública no mês de maio de 2019. De todas as conclusões exposta, destacam-se dois entendimentos que norteiam a concepção do planejamento: 1) movimentação gradual e constante do terreno dos bairros analisados e 2) inviabilidade de qualquer obra estruturante que detenha a movimentação.

Tendo por base os estudos mencionados acima, aplicando e sobrepondo diversos produtos de mapeamento de risco e estudos geológicos, foi construído pela Defesa Civil Municipal da cidade de Maceió, com o auxílio de técnicos da SEDEC e CPRM o Mapa de Setorização de Danos e Linhas de Ação. As ações propostas nos eixos temáticos levam em consideração as especificidades dos setores e da criticidade do risco que foram incorporadas no mapa. Para maiores informações, consultar: http://www.maceio.al.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/pdf/2019/06/Mapa_Setores_Danos_DCFinal.pdf

Devido ao avanço dos estudos técnicos realizados na área de risco, além de vistorias em novas áreas adjacentes a esta, o Plano tem um caráter dinâmico e não pretende esgotar o planejamento necessário para a gestão do desastre. Além disso, o PAI visa ações de médio e longo prazo deste planejamento, sendo complementar ao Plano de Contingência Municipal, que estabelece ações de preparação e resposta em caso de um desastre súbito na área, e também complementar àquelas ações executadas dentro das atribuições legais de cada instituição partícipe na gestão integrada.

Por fim, ressalta-se que o Plano é apenas o estágio inicial da gestão integrada do desastre proposta no Governo Federal, sendo procedido de reuniões mensais de acompanhamento de cada eixo, que envolvem todas as agências partícipes e outras que podem ser identificadas no decorrer do processo.



5 ANEXO I – ACOMPANHAMENTO PAI – FEDERAL

**Ações do Sistema Federal de Proteção e Defesa Civil na governança e gestão
conjunta do desastre**

MACEIÓ-AL

Dezembro de 2019